



2º. Encontro dos Pontos Focais do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)



Brasília-DF

31 de maio e 1 de junho de 2011



Ministério do
Meio
Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário



Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB

Coordenação PNPSB:

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor (Secretaria de Agricultura Familiar)
Arnoldo A. de Campos

Ministério do Meio Ambiente – MMA
Diretora de Extrativismo (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável)
Cláudia Maria Calório

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
Diretor de Apoio à Produção Alimentar e Acesso à Alimentação - SESAN
João Marcelo Intini

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
Diretor de Política Agrícola e Informações
Sílvio Isopo Porto

Equipe técnica:

Luiz Rebelatto – MDA
Mônica Souza – MDA
Júlio Pinho – MMA
Cláudia Souza – MMA
Wagneide Rodrigues – MMA
Hétel Santos – MDS
Eduardo Soares – CONAB
Ianelli Loureiro – CONAB
Humberto Pennacchio – CONAB
Luciana Rocha – PNPSB

Secretaria Executiva do PNPSB:

Laura de Souza
planosociobio@mda.gov.br
<http://comunidades.mda.gov.br>

Ficha Técnica 2º. Encontro dos Pontos Focais do PNPSB

Elaboração do Relatório do Encontro

Luciana Rocha

Resumo Executivo

Nos dias 31 de maio e 1 de junho de 2011 realizou-se em Brasília (DF) o 2º. *Encontro dos Pontos Focais do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)* com o objetivo de compartilhar os avanços do Plano Nacional e pactuar compromissos e ações de promoção para as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade no período de 2011 a 2014. Este evento foi promovido pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), MMA (Ministério do Meio Ambiente), MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) com apoio da GIZ.

As apresentações realizadas durante o evento estão anexadas a este relatório e disponíveis no Portal da Sociobiodiversidade:

http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planonacionaldepromoodosprodutosdasociobiodiversidade/contents/photoflow-view/index?keyword_id=2628278

A tabela 1, a seguir, é um resumo das sugestões geradas durante o evento e listadas nas tabelas no decorrer deste relatório:

Tabela 1 – Resumo das sugestões geradas durante o evento

Sugestão 1: Que as Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade se envolvam nas discussões sobre capacitações em políticas públicas de forma a garantir a priorização da sociobiodiversidade na destinação de recursos para formação profissional.

Sugestão 2: Informar os órgãos de ATER estaduais sobre os municípios prioritários para o PNPSB que precisam de emissão de DAPs para extrativistas. Essa informação também pode ser útil para gerar uma amostragem do número de extrativistas existentes, pois não há um levantamento dessa população.

Compromisso: O MDA explicou que, de acordo com a PNATER, as DAPs podem ser emitidas para os extrativistas. Para elucidar este mal-entendido o MDA, assumiu o compromisso de enviar uma “Carta de Esclarecimento” para os órgãos de ATER estaduais e disponibilizar para os estados um relatório de DAP extrativista emitida por estado.

Sugestão 3: Que as Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade estejam atentas às chamadas do MDA pela nova lei de ATER para incluírem suas demandas.

Sugestão 4: Definições e articulações sobre o uso dos recursos para a sociobiodiversidade e sustentabilidade precisam se refletir em ambos os orçamentos: do governo federal e dos Estados. (Isso é compromisso, não?!)

Compromisso: Coordenação do PNPSB deve enviar aos estados orientação quanto o PPA 2012-15

Sugestão 5: As Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade podem apontar os produtos locais que precisam de regulamentação urgente, encaminhando-os à Coordenação do PNPSB para a verificação se todos eles estão incluídos dentre os 17 priorizados pelo governo federal, que ficou de definir agenda com a ANVISA para tratar dessa demanda.

Sugestão 6: Os estados demandaram que a Coordenação do PNPSB divulgue a Linha Orçamentária onde estará o PNPSB no PPA ajudando-os a garantir recursos para essa finalidade em seus PPAs.

Sugestão 7: Os pontos focais estaduais precisam garantir a destinação de recursos próprios em suas instituições para trabalhar com a sociobiodiversidade para que sejam capazes de acessar os recursos federais.

Sugestão 8: Normatizações tributárias e ambientais poderiam ser feitas a partir de trabalho conjunto entre estados, sociedade civil e governo federal para definir os aspectos gerais e, após isso, seriam identificadas as diferenciações por estado.

Sugestão 9: Estabelecimento de parcerias entre superintendências da CONAB e EMATER estaduais para realizar as vistorias dos produtos para pagamento da subvenção, evitando assim as dificuldades que aconteceram em 2010 no PA.

Sugestão 10: Os estados devem formalizar seus problemas em relação às DAP e ATER junto ao MDA, buscando soluções conjuntas para superar as demandas apresentadas pelos extrativistas.

Sugestão 11: A Coordenação do PNPSB precisa reforçar o papel de suas representações locais (delegacias do MDA, superintendências da CONAB, ICMBio, IBAMA) na participação e fortalecimento das Câmaras/GTs nos estados.

1. Introdução

Participaram do Encontro representantes da Coordenação do PNPSB – MMA, MDS, MMA e Conab, parceiros governamentais, da sociedade civil e de empreendimentos produtivos do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Ceará, Piauí e Tocantins, além de convidados e parceiros do PNPSB.

A Coordenação do PNPSB apresentou o Balanço 2009/2010 dos resultados alcançados e o Plano de Ação 2011-2014. Os representantes estaduais, por sua vez, fizeram um balanço de suas ações, do andamento das atividades e dos desafios que ainda precisam ser superados para a promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade em seus territórios. E, de forma a incentivar uma agenda positiva, foram expostas oportunidades existentes no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PGPM-Bio (Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade), PNAE (Política Nacional de Alimentação Escolar) e em editais do MDS.

Programação

O 2º. Encontro dos Pontos Focais do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi estruturado de acordo com a seguinte programação:

31/05/2011

14h00-14h30	Recepção e inscrição dos participantes – Equipe da Coordenação PNPSB
14h30-15h30	Boas vindas e apresentação dos participantes – Coordenação PNPSB
15h30-16h15	Plano Nacional - Balanço dos Resultados Alcançados no PNPSB em 2010 – Coordenação PNPSB (MMA e MDS)
16h15-16h45	Plano de Ação 2011-2014 – Coordenação PNPSB (MDA)
16h45-17h15	Debate
17h15-17h30	Lanche
17h30	Encerramento

01/06/2011 – Reunião de trabalho (Pontos focais: governo dos estados e sociedade civil)

09h00-10h00	Balanço, Andamento e Desafios das Agendas nos Estados
10h00-12h00	Agenda Positiva (Oportunidades PAA, PGPM-Bio e PNAE, editais e outros)
12h00-13h30	Almoço
13h30-14h30	Acordos e Encaminhamentos
14h30-15h30	Avaliação e Encerramento

O Encontro

As atividades do dia 31 de maio iniciaram-se com uma Mesa de Abertura composta pela Coordenação do PNPSB, com a participação de Arnaldo de Campos (MDA), Júlio Pinho (MMA), Hétel Leepkaln dos Santos (MDS) e Martha Macedo (CONAB), pela representação dos pontos focais estaduais Francisca Marta Barbosa (SEAGRO-TO) e Manoel Cunha (CNS) – representando a sociedade civil. A ênfase dada na abertura foi quanto a importância do Encontro para o compartilhamento dos Resultados Alcançados até o final de 2010, assim como do Plano de Ação 2011-2014; a troca de experiências e aprendizados vividos; a repactuação dos compromissos entre estados e governo federal em prol das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, concretizando-os em metas, ações e linhas orçamentárias nos respectivos PPAs (Planos Plurianuais). Manoel Cunha destacou também a revolta dos movimentos sociais com os assassinatos das lideranças rurais ocorridos na semana anterior a este Encontro, ressaltando a pertinência, mas o atraso, das medidas governamentais iniciadas após esses fatos.

Na sequência, Júlio Pinho (MMA) fez a apresentação geral do PNPSB, principalmente para familiarizar os convidados de outros órgãos e ministérios às etapas e bases conceituais que lhe deram origem, concluindo que um dos méritos do PNPSB foi ter dado visibilidade ao termo *sociobiodiversidade*, incorporando-o ao uso corrente nas esferas governamentais.

Hétel Santos (MDS) apresentou o Balanço dos Resultados Alcançados em 2010 observando que houve avanços desde 2009, início do PNPSB, mas que ainda há muito a ser feito para atingir o objetivo proposto na apresentação anterior. As perspectivas são positivas com a inclusão do PNPSB no PPA federal, mas a alavancagem virá se os estados fizerem o mesmo, garantindo recursos em seus orçamentos e integrando a sociobiodiversidade à sua pauta prioritária. Ela destacou ainda que, no mês deste encontro, o PNPSB completou seu segundo ano com bons resultados alcançados no fortalecimento do acesso dos extrativistas às políticas públicas.

Fechando este bloco de apresentações, Arnaldo de Campos (MDA) expôs o Plano de Ação 2011-2014, enfatizando a mudança de perspectiva: em 2009 e 2010 as ações foram organizadas em *gargalos* e em 2011 em *desafios, objetivos e metas*. Os pontos focais foram convidados a fazer o mesmo em seus planejamentos estaduais, e, em conjunto com suas Câmaras/GTs da sociobiodiversidade, apontar as ações que podem ser realizadas com recursos próprios e aquelas em que há necessidade de apoio federal. Arnaldo ressaltou, ainda, que o foco do PNPSB é a geração de renda com a floresta em pé e que outras lutas e reivindicações dos movimentos sociais e PCTAFs, apesar de relevantes, devem ser tratadas em outros fóruns para que os resultados sejam efetivamente alcançados.

A seguir, foi aberto o debate no qual foram esclarecidas dúvidas e feitas considerações sobre temas gerais – interessantes para mais de um estado – e temas específicos para um ou outro estado. Dentre os temas gerais falou-se de capacitação, acesso à DAP, ATER, PGPM, normatização de produtos da sociobiodiversidade, escoamento da produção, mercado institucional e diferenciado, pagamento por serviços ambientais e PPA. As considerações surgidas nos debates dos dois dias foram organizadas na Tabela 2 deste relatório.

Tabela 2 – Perguntas Específicas

Perguntas	Considerações
PI – Há diferença entre Câmara e GT da sociobiodiversidade? Deveria ser criada uma Câmara para incluir o buriti no PI?	No CE, PI, MA e TO optou-se, inicialmente, pela criação de um GT com foco apenas no babaçu, mas se o PI quiser incluir outros produtos, pode transformá-lo numa Câmara, como já está acontecendo no TO. E, como o buriti já possui um núcleo gestor de APL no estado, ele pode ser unido ao do babaçu para dar início à Câmara Estadual da Sociobiodiversidade, deixando aberta a possibilidade dessa instância ser ampliada para outros produtos. Um exemplo interessante de estruturação acontece no AM, onde os comitês técnicos por produto são criados a partir de demandas de suas bases. Eles entram com atividades específicas definidas e têm caráter temporário.
PI – O PI é o segundo maior produtor de babaçu do Brasil, apesar disso, esse produto não foi incluído no PNAE na região. A causa disso deve ser a necessidade de processamento para produção do mesocarpo. Podem ser incluídos no PNAE produtos industrializados?	Há situações problemáticas no atendimento às normas do PNAE. Nas grandes capitais vem sendo feito um trabalho para superar as dificuldades. Quando o produto é industrializado ele precisa atender às normas da ANVISA para agroindústrias e precisam resolver problemas vinculados à qualidade da água, sanidade, etc. Essas exigências dificultam o acesso desses produtos ao mercado, inclusive ao PNAE.
MT – No estado muitos castanhais estão em áreas privadas e os proprietários estão controlando o acesso dos extrativistas por temer que o Ministério do Trabalho, considere isso como trabalho escravo. A Cooperagrepa já não conseguiu comprar castanhas este ano por isso. O PNPSB pode ajudar a equacionar o problema?	A demanda do MT já está na pauta da Coordenação do PNPSB. O CNS sugeriu que, para a identificação de alternativas, sejam analisadas as condições de coleta oferecidas pelos proprietários, de forma que não seja incentivada a exploração da mão-de-obra dos extrativistas.
AM – No eixo de crédito, fomento e incentivo ainda há um grande problema para o acesso das cooperativas, causado pela burocracia e outras dificuldades. No AM há problemas de diálogo com o programa Territórios da Cidadania, como resolver isso?	A SDT/MDA informou que os contatos no Amazonas são: Delegacia do MDA - LÚCIO MORAES CARRIL Email: lucio.carril@mda.gov.br ; Fone: (92) 3194-1383/1385; (92) 9152-9493 Articuladores Estaduais: Márcio Menezes - Email: mzmarcio@yahoo.com ; (92) 8113-7503 Alíria Noronha - Email: aliria.noronha@consultor.mda.gov.br ; (92) 8149-7620 Arivan Reis - Email: arivan.reis@consultor.mda.gov.br ; (92) 9199-6789

2º. Dia - 01 de junho de 2011

No segundo dia, os representantes estaduais – PA, CE, AM, AP, TO, MT, PI, AC – apresentaram os balanços, andamentos e desafios da agenda da sociobiodiversidade em seus estados, conforme as apresentações em anexo.

A seguir foram feitas apresentações sobre PNAE, PAA, PGPM e editais com recursos para agroindústrias, em anexo, ressaltando as oportunidades existentes e as dificuldades que precisam ser superadas para aumentar o acesso dos extrativistas a esses recursos.

Percebe-se que, de maneira geral, ainda é necessário capacitar técnicos e empreendimentos sobre a utilidade e a forma de acessar essas políticas públicas de apoio à comercialização. Seria interessante que todos os atores estaduais fossem envolvidos num debate para identificar e superar os gargalos, ou seja, órgãos públicos e privados de ATER e emissão de DAPs, superintendências regionais da CONAB e empreendimentos extrativistas juntos e em busca de respostas adequadas às necessidades.

O FNDE, inicialmente, assumiu o compromisso de definir receitas para o uso dos produtos na alimentação escolar, e a EMBRAPA, pode contribuir com as cartilhas já elaboradas para o uso de alguns produtos como a castanha-do-brasil.

Na sequência, foi aberto espaço para debates e considerações dos participantes, organizadas na tabela 2 de acordo com os temas abordados.

Tabela 3 – Temas Gerais abordados nos Debates de 31/05 de 01/06

<p><u>Capacitação</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Comunidades e empreendimentos ainda não conseguem acessar as políticas públicas por causa da falta de capacitações e, algumas vezes, pela metodologia e linguagem pouco esclarecedora utilizada nos cursos. Um exemplo de uma capacitação que deu resultados práticos e rápidos aconteceu no AM sobre PAA, numa parceria entre CNS e CONAB. Ela foi feita numa sala com computadores, onde os participantes puderam aprender a preencher as informações necessárias diretamente nos formulários eletrônicos, o que gerou, ao fim do curso, vários projetos prontos para serem apresentados.• É necessário persistir e aumentar a escala das capacitações, porque a falta de informação entre os empreendimentos ainda é muito grande. Os cursos precisam tratar de temas como: acesso às políticas públicas, gestão de recursos públicos e privados, boas práticas de manejo, entre outros. A resposta aos desafios depende disso.• Os assuntos relacionados à capacitação de técnicos e empreendimentos precisam ser tratados como temas prioritários pelas Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade.• No PPA foi previsto aumento nos recursos para formação profissional pelas escolas técnicas e a sociedade civil poderá elencar suas demandas por estado/região.• Sugestão: que as Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade se envolvam nessas discussões de forma a garantir a priorização da sociobiodiversidade na destinação desses recursos para formação profissional.
<p><u>Acesso à DAP</u></p> <ul style="list-style-type: none">• O CNS agradeceu por ter se tornado órgão emissor de DAP e solicitou a diminuição da burocracia e o aumento da capacitação e assistência técnica para os empreendimentos, ponderando que a sociedade civil está aquém do que é necessário para resolver o problema da falta de DAPs, é necessária a junção de esforços entre órgãos públicos e da sociedade civil para lidar com este problema.• A Coordenação do PNPSB precisa conhecer o planejamento do CNS para a emissão de DAPs em 2011 e para os próximos anos de forma a qualificar as discussões e trocar experiências.• A categoria extrativista foi incluído no CAD Único e essa é uma população alvo na Busca Ativa que

será promovida pelo MDS para cadastrar 1 milhão de famílias que ainda se encontram fora das políticas sociais, o que vai ajudar a gerar dados para conhecermos essa população.

- As regras para acesso às DAPs foram negociadas com outros ministérios e serão alteradas, de forma que será permitida a pluriatividade, ou seja, mesmo que a família tenha um membro que não trabalha com agricultura, ela ainda poderá ter DAP. Essa norma será alterada para que os órgãos emissores possam realizar seu papel sem gerar problemas internos.
- No TO, ainda há muitas comunidades sem DAP e isso impediu a inclusão do mesocarpo de babaçu no PNAE e também influenciou negativamente o acesso aos recursos do PAA em muitos estados.
- No TO e em outros estados produtores de babaçu, os órgãos emissores de DAPs argumentam que o problema é que as quebradeiras retiram o babaçu de áreas de outros proprietários.
- Extrativistas e agricultores podem acessar todas as políticas de apoio com a mesma DAP, de acordo com os limites de cada uma.
- **Sugestão:** Os estados devem formalizar seus problemas em relação às DAP e ATER junto ao MDA, buscando soluções conjuntas para superar as demandas apresentadas pelos extrativistas.
- **Compromisso:** O MDA explicou que, de acordo com a PNATER, as DAPs podem ser emitidas para os extrativistas. Para elucidar este mal-entendido o MDA, assumiu o compromisso de enviar uma “Carta de Esclarecimento” para os órgãos de ATER estaduais e de disponibilizar para os estados um relatório de DAP extrativista emitida por estado.
- **Sugestão:** Informar os órgãos de ATER estaduais sobre os municípios prioritários para o PNPSB que precisam de emissão de DAPs para extrativistas. Essa informação também pode ser útil para gerar uma amostragem do número de extrativistas existentes, já que não há um levantamento completo dessa população.

ATER

- É importante fortalecer, aumentar e capacitar os órgãos de ATER em todos os estados para trabalhar com produtos da sociobiodiversidade, as ações precisam de continuidade e acompanhamento e poderiam ser organizadas em núcleos municipais, tanto nos órgãos públicos de ATER quanto nos da sociedade civil.
- No MT a situação é crítica e o órgão de ATER não atende nem a demanda existente.
- O Subsecretário dos Assentamentos da SEAGRO do TO afirmou que a Ruraltins será fortalecida e que o apoio do MDA é essencial para fazer todos nos estados compreenderem as necessidades específicas dos extrativistas.
- Desde 2010, o MDA já fez diversas chamadas definindo recursos para a sociobiodiversidade, no entanto, as demandas estaduais com este enfoque foram pequenas.
- Outro dado interessante é que, de acordo com o PPA, há um montante 10 vezes maior de recursos para ATER destinados aos estados do que ao MDA.
- **Sugestão:** que as Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade estejam atentas às chamadas do MDA pela nova lei de ATER para incluírem suas demandas.
- **Sugestão:** Definições e articulações sobre o uso dos recursos para a sociobiodiversidade e sustentabilidade precisam se refletir em ambos os orçamentos: do governo federal e dos Estados. Coordenação do PNPSB deve enviar aos estados orientação quanto ao PPA 2012-15.

PGPM

- Os custos de produção, que deram base aos valores da PGPM-Bio definidos anteriormente, precisam ser revisados e alguns produtos como os óleos vegetais poderiam ser incluídos, uma vez que a existência de preços mínimos é muito positiva para a renda das comunidades.
- A Presidenta Dilma afirmou que a agricultura familiar terá uma PGPM específica, pois, essa política, da mesma forma que o PAA, foi fruto de uma construção com a sociedade civil para gerar renda e fortalecer os PCTAFs.
- A PGPM é uma política útil para garantir uma renda mínima ao produtor, o ideal é que ela exista, mas que não seja utilizada todo ano, pois ela garante o mínimo necessário, ou seja, usá-la significa que o produtor está apenas cobrindo seus custos. Quando ele não acessa a PGPM significa que o mercado

está comprando o produto por um preço adequado.

- As revisões dos preços mínimos estabelecidos e dos limites máximos de acesso por produtor dependem de pressões e demandas da sociedade civil, estados e Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade.
- O estudo da cadeia produtiva do açaí para a definição do preço mínimo precisa levar em conta todos os elos da cadeia e identificar formas para que os extrativistas possam acessar os recursos disponíveis. Incluindo meios de evitar que ocorram plantios em monocultura e problemas de sustentabilidade por causa do aumento da demanda nacional e internacional por este produto.
- **Sugestão:** Estabelecimento de parcerias entre superintendências da CONAB e EMATER estaduais para realizar as vistorias dos produtos para pagamento da subvenção, evitando assim as dificuldades que aconteceram em 2010 no PA.

PAA

- O PAA CPR-Doação e CPR-Estoque operados pela CONAB podem ser acessados por associações e cooperativas. Ambos servem para fortalecer essas organizações, aumentando sua habilidade para comercialização.
- O PAA Formação de Estoque, operado pelo MDA, pode ser acessado por extrativistas (até R\$ 4.500,00/extrativista) e por cooperativas (até R\$ 1,5 milhões).
- O PAA operado pelo MDS pode ser acessado tanto pela CONAB como pelos Estados e Municípios. Para os dois últimos, o acesso é possibilitado através de convênios, mas ainda é necessária a construção de uma estratégia no MDS.
- No próximo PPA está prevista a inserção no PAA de 25.000 famílias de Povos e Comunidades Tradicionais e a construção de uma estratégia para fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade.
- Já a modalidade Formação de Estoques, operada pelo MDS, compra produtos da agricultura familiar que são destinados para as cestas de alimentos, nas quais os produtos extrativistas não participam.
- Nas listas do PAA Doação entram 320 tipos de produtos. O PAA é interessante para agricultores e extrativistas porque permite que a comercialização de qualquer quantidade de produto, não é necessária escala de produção.
- Em 2009 foram incluídos os produtos da sociobiodiversidade nas listas do PAA, isso aumentou a margem para negociações. Entretanto, apesar das aquisições feitas pelo PAA estarem crescendo, os recursos de 2011 para ele diminuíram em relação a 2010.
- O mercado institucional consegue absorver no máximo 10% da produção da agricultura familiar e extrativismo, ainda assim há margem para se chegar neste percentual.

Normatização de produtos da sociobiodiversidade

- A maioria dos produtos da sociobiodiversidade, por exemplo, óleos de andiroba, copaíba, jatobá, ainda precisam de normatização e definição de diretrizes técnicas de boas práticas de manejo, mas isso precisa ser elaborado de forma participativa para não penalizar as comunidades e paralisar a venda desses produtos.
- Dentre as metas do PNPSB, em parceria com MAPA, SFB/MMA, SBF/MMA, está a elaboração de diretrizes técnicas para 17 produtos da sociobiodiversidade. Esse trabalho já está em andamento desde 2010.
- Apesar da falta de regulamentação, a ANVISA, com representações em 4.000 municípios, pode ser acessada para orientações gerais.
- Outra meta do PNPSB e de parceiros como a EMBRAPA é a definição de, pelo menos, 100 novos perfis agroindustriais que estarão disponíveis futuramente.
- A falta de normatização de alguns produtos extrativistas dificulta a diferenciação entre estes e os produtos cultivados e também sua classificação no PAA.
- **Sugestão:** Normatizações tributárias e ambientais poderiam ser feitas a partir de trabalho conjunto entre estados, sociedade civil e governo federal para definir os aspectos gerais e, após isso,

seriam identificadas as diferenciações por estado.

- **Sugestão:** As Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade podem apontar os produtos locais que precisam de regulamentação urgente, encaminhando-os à Coordenação do PNPSB para a verificação se todos eles estão incluídos dentre os 17 priorizados pelo governo federal, que ficou de definir agenda com a ANVISA para tratar dessa demanda.

Escoamento da produção

- O PNPSB precisa dialogar com outros ministérios para lidar com a questão da logística para o escoamento da produção, pois este é um grande problema que precisa ser tratado. A distância e a falta de manutenção das vias fluviais e rodoviárias entre as comunidades e as cidades dificulta o acesso às políticas públicas em todos os estados prioritários para o PNPSB.
- Incluir outros ministérios na discussão é um desafio, por isso, num primeiro momento, a Coordenação do PNPSB tem buscado internamente o que cada ministério envolvido pode fazer, mas podem ser feitas parcerias para orientar os estados quanto ao escoamento da produção.

Mercado Institucional e Diferenciado

- Os produtos da sociobiodiversidade não têm como competir no mercado convencional, mas têm potencial para entrar no mercado institucional e diferenciado.
- Há estratégias de agregação de valor que podem ser incorporadas aos produtos para aumentar seu valor socioambiental (selos de mercado justo, agricultura familiar, orgânicos, etc), mas muitos deles ainda não possuem o reconhecimento dos consumidores.
- A CONAB incluiu no Plano de Combate à Extrema Pobreza a compra de 4 barcos para serem usados nos rios da Amazônia, com a proposta de que na ida eles venderiam produtos básicos e na volta comprariam produtos extrativistas e da agricultura familiar.
- A CONAB também está negociando com o BNDES uma forma para operar, junto ao setor extrativista, projetos com recursos não-reembolsáveis.
- O cerrado tem participado de feiras e diversos empreendimentos vêm recebendo apoio da ONG A Casa Verde na metodologia MAT Gestão do MDA.
- O TO convidou a Praça da Sociobiodiversidade para participar da Agrotins em 2012.

Pagamento por Serviços Ambientais

- A floresta regula o clima, além de ser a base dos conhecimentos tradicionais das populações, mas as pressões da vida moderna tem sufocado isso.
- O pagamento por serviços ambientais (PSA) precisa ser incorporado ao preço dos produtos, seja no Plano de Combate à Extrema Pobreza, seja na PGPM.
- Este debate precisa incluir outros ministérios e provocar uma nova visão sobre os recursos naturais que representam 80% da Amazônia, para que as metas do PNPSB não se percam no vazio. Há potencial para que as ações voltadas à sociobiodiversidade cresçam, pois a floresta precisa ser vista como um ativo. E o PNPSB, apesar de ainda ser uma gota no oceano, pode ajudar a mudar essa visão.
- O PNPSB trouxe visibilidade para os PCTAFs, mas ainda há bastante para ser feito até chegar numa bancada da sociobiodiversidade na Câmara dos Deputados.
- A maioria das propostas de PSA tem priorizado o pagamento de uma compensação para o dono da área preservada, mas no caso dos extrativistas, especialmente, das quebradeiras de coco babaçu, que coletam os produtos em áreas de terceiros, o ideal seria remunerar ambos os lados, incentivando-os. Assim, embutir o pagamento do serviço ambiental na PGPM pode favorecer que a renda chegue ao extrativista e não apenas aos donos das áreas de coleta. E a CONAB vem trabalhando nisso.

PPA

- A sociedade brasileira ainda sente o reflexo das disputas históricas pela terra. Desde os anos 80 foram fechadas quase 10 mil escolas rurais, durante o governo Lula foram abertas 93. Isso demonstra a hegemonia do urbano sobre o rural.
- Na construção do PPA foi previsto que 4,3 milhões de pessoas passem a ter acesso a ATER (hoje

esse número não chega a 1,5 milhões).

- O Subsecretário de Assentamentos da SEAGRO do TO garantiu que haverá recursos para a sociobiodiversidade no PPA do estado, especialmente para mapear o extrativismo no Bico do Papagaio.
- O governo precisa ter capacidade de fortalecer a sociedade e de se articular, pois os empreendimentos não conseguem acessar os recursos por falta de estrutura técnica e de gestão.
- A agenda da sociobiodiversidade precisa crescer e isso passa pelo fortalecimento institucional, por isso, o planejamento do PNPSB está sendo usado nas discussões do PPA sobre manejo, agrobiodiversidade e temas relacionados. Ele também pode servir de base para o PPA nos estados. O foco precisa ser o fortalecimento da sociedade civil, de forma a alcançar avanços em termos sociais e ambientais.
- O PNPSB priorizou 2 cadeias de valor que foram iniciadas em 10 estados, mas foi previsto no PPA o apoio à criação de instâncias de governança do PNPSB em 17 estados, incluindo MG, BA (que já possuem APLs formados) e GO.
- O ICMBIO está fazendo um plano de trabalho em cada UC para dialogar com a sociobiodiversidade.
- **Sugestão:** Os estados demandaram que a Coordenação do PNPSB divulgue aos estados a Linha Orçamentária onde estará o PNPSB no PPA ajudando-os a garantir recursos para essa finalidade em seus PPAs.
- **Sugestão:** Os pontos focais estaduais precisam garantir a destinação de recursos próprios em suas instituições para trabalhar com a sociobiodiversidade para que elas sejam capazes de acessar os recursos federais.

Câmaras/GTs Estaduais da Sociobiodiversidade

- A sociobiodiversidade e a agricultura familiar não são prioridades onde predomina o agronegócio. Além disso, o empoderamento dos movimentos sociais não aconteceu ainda. Os movimentos sociais precisam assumir o processo e não depender do governo.
- Apesar dessas dificuldades, o PNPSB é um investimento inteligente, porque pode gerar riqueza e sustentabilidade. Os pontos focais de todos os estados são peças-chaves para dar visibilidade ao tema. A sensibilização que começou com alguns ministérios, hoje atinge grande parte do governo federal e pode ser transformada em pauta nos estados e também para sensibilizar os financiadores.
- O papel das Câmaras/GTs Estaduais é buscar os recursos financeiros e as políticas e facilitar o acesso para os extrativistas da melhor forma possível.
- É preciso superar as dificuldades de diálogo entre as instâncias de governança estaduais e os grupos de trabalho locais e APLs, deixar claras as atribuições entre os membros e cada um realizar o que se comprometeu.
- A maioria das Câmaras/GTs estaduais é nova e ainda não possui muitos recursos para articulação e para trazer as pessoas do interior para as reuniões. No entanto, o principal problema é fazer com que as instituições participem, assumam compromissos e deem continuidade às ações propostas, sem deixar os encaminhamentos apenas para a instituição que lidera a Câmara/GT.
- As Câmaras/GTs estaduais precisam de apoio da Coordenação do PNPSB e GIZ para fazerem seus planejamentos, alinhando suas metas e demandas às do PNPSB. Isso deve ser contemplado no novo projeto de cooperação técnica entre Coordenação do PNPSB e GIZ com foco na sociobiodiversidade.
- Para integrar o ICMBio ao PNPSB haverá uma capacitação conjunta sobre sociobiodiversidade para os pontos focais do ICMBio nos estados e os pontos focais do PNPSB.
- Está prevista também uma capacitação em gestão de conflitos para as Câmaras/GTs estaduais da sociobiodiversidade.
- **Sugestão:** A Coordenação do PNPSB precisa reforçar o papel de suas representações locais (delegacias do MDA, superintendências da CONAB, ICMBio, IBAMA) na participação e fortalecimento das Câmaras/GTs nos estados.

Sociobiodiversidade e Economia Solidária

- O Instituto Marista de Solidariedade trabalha com comercialização solidária desde 1995 e possui parceria com SENAES. Neste âmbito já realizou mais de 100 feiras nacionais e internacionais, em que

participaram muitas organizações com produtos da agrobiodiversidade.

- Atualmente o Instituto participa da construção do Sistema Nacional de Comercialização Solidária e dos 140 empreendimentos envolvidos muitos são os que trabalham com produtos da sociobiodiversidade.
- Devem fazer em breve um “Encontro Nacional de Pontos Fixo de Comercialização Solidária” e querem identificar como fazer interfaces com o PNPSB.
- O principal gargalo que eles já identificaram para os empreendimentos também é o acesso às políticas públicas e muitos dos empreendimentos não têm DAP, por isso reivindicam a “DAP da Economia Solidária”.
- O Instituto Marista possui recursos que podem contribuir com o PNPSB, por exemplo, possuem salas de vídeo-conferência em vários estados que poderiam ser usadas para compartilhar informações do PNPSB.
- De acordo com a CONAB, existe uma modalidade chamada REFAP que organiza 35 centrais de comercialização entre pequenos comerciantes e a CONAB e que poderia integrar as iniciativas de Economia Solidária, uma vez que os produtos alimentícios são vendidos de forma subsidiada.

Outros temas

- É necessário aproximar pesquisa e ATER. O PNPSB poderia animar esse processo de transferência de tecnologias e conhecimentos.
- Técnicos de ATER deveriam acompanhar toda a produção da borracha e não apenas verificar o produto final.
- Preocupação com a falta de recursos humanos para dar continuidade ao PNPSB no longo prazo, uma vez que poucos dos atuais envolvidos são efetivos. No AM o governador já se comprometeu a fazer um concurso para a área ambiental.
- É necessário padronizar a unidade de produção/venda da castanha-do-brasil em quilos para não prejudicar o extrativista como acontece com as medidas usadas atualmente.

Oportunidades

- A CONAB pode organizar leilões eletrônicos de produtos extrativistas, utilizando sua rede de centenas de corretores cadastrados, desde que as Câmaras/GT estaduais solicitem às superintendências regionais da CONAB.
- No PA, haverá capacitação sobre cadeias de valor; facilitador para os APLs de óleos no Marajó e Calha Norte.
- No MT, será instalado pelo MMA um APL.
- No AM, está prevista a definição das boas práticas de manejo da piaçaba; 1 APL indígena; 1 facilitador para o APL Sul do Amazonas; curso sobre cadeias de valor em negociação com GIZ.
- Capacitações sobre cadeias de valor estão previstas com vagas para todos os estados.
- Há ações voltadas para a agroecologia vinculadas ao PNPSB.
- Após 2 anos de diálogo com o Fundo Amazônia deve ser lançado em breve um edital para agências implementadoras. Sua função iniciava com a identificação das comunidades que não tinham pessoa jurídica ou capacidade operacional para gerir recursos públicos e que precisavam desses recursos para alavancar determinadas ações fundamentais para a conservação e o uso da sociobiodiversidade. As agências formulavam as propostas, e capacitava às comunidades no uso dos recursos e em sua prestação de contas.
- MMA está negociando recursos com o Fundo Clima para apoiar as cadeias/APLs do semi-árido.
- MDA esteve com edital aberto para o MAT Gestão até 6 de junho de 2011 com foco no fortalecimento de organizações dos estados AC, PA, AM.
- CONAB e MDS devem lançar programa de apoio a projetos produtivos (agroindústrias) com foco em organizações que forneçam ao PAA e ao PNAE e que façam industrialização, armazenamento e transporte.
- SBF deve lançar em breve projeto via GEF para avaliação nutricional de vários produtos, entre eles alguns são de origem extrativistas.

--

Para o Encerramento montou-se uma mesa com representantes da Coordenação do PNPSB que enfatizaram a mensagem de que a geração de renda a partir dos produtos da floresta é a melhor forma de conservar o meio ambiente. Ressaltaram, ainda que este Encontro teve o papel de animar os estados com perspectivas para o futuro e de apoio aos trabalhos que cada um vem desenvolvendo pela sociobiodiversidade.

Por fim, agradeceram a presença de todos, o apoio da GIZ e da Fundação Orsa no pagamento de passagens e diárias de muitos dos participantes, além de demonstrarem grande satisfação com a troca de experiências e o diálogo promovido neste Encontro.

A título de Avaliação os presentes foram convidados a citar uma palavra que resumisse seu sentimento em relação ao Encontro. A tabela 4 elenca as palavras citadas:

Tabela 4 – 1 palavra de Avaliação

SATISFAÇÃO	ESCLARECIMENTO RETOMADA	ESPERANÇA	RECONHECIMENTO
SONHO	RENOVAÇÃO MOTIVAÇÃO	DESAFIO	COMPROMISSO
MOTIVAÇÃO	PERSEVERANÇA	OPORTUNIDADE	ACREDITAR
CREDIBILIDADE	RENOVAÇÃO	AMOR	RESPONSABILIDADE
COMUNICAÇÃO	ESPERANÇA	AGRADECIMENTO	ALEGRIA

Anexos

Anexo 1 – Lista de Participantes

	Instituição	Nome	Telefone	E-mail
Coordenação PNPSB	CONAB	Martha Helena Gama de Macedo	61-3312-6254	martha.macedo@conab.gov.br
	CONAB	Rogério Neuwald	61-3312-6374	rogerio.neuwald@conab.gov.br
	CONAB	Vicente Jose Puhl	61-3312-6256	vicente.conab@gmail.com
	CONAB/DIPAI	Elizabeth Turini	61-3312-2275	elizabeth.turini@conab.gov.br
	CONAB/GEIO	Humberto Lobo Pennacchio	61-3312-6263	humberto.pennacchio@conab.gov.br
	CONAB/GEIO	Mario Cesar Luz Ferreira	61-8188-2417	mario.ferreira@conab.gov.br
	MDA	Claudia de Paula	61-2020-0983	claudia.paula@consultor.mda.gov.br
	MDA/SAF	Arnoldo de Campos	61-2020-0923	arnoldo.campos@mda.gov.br
	MDA/SAF	Luiz Carlos Rebelatto dos Santos	61-2020-0935	luiz.rebelatto@mda.gov.br
	MDA/SAF	Monica Batista de Souza	61-2020-0984	monica.souza@consultor.mda.gov.br
	MDS	Iara M. Attuch	61-3433-1125	iara.monteiro@mds.gov.br
	MDS/SESAN	Hétel R. dos Santos	61-3433-1378	hetel.santos@mds.gov.br
	MDS/SESAN	Isis Leita Ferreira	61-3433-1322	isis.ferreira@mds.gov.br
	MMA	Jorge Zimmermann	61-9985-6546	jorge@ispn.org.br
	MMA/CEX	Claudia de Souza	61-2028-1595	claudia.souza@mma.gov.br
	MMA/CEX	Haroldo Cesar B. de Oliveira	61-2020-1593	haroldo.oliveira@mma.gov.br
	MMA/CEX	Sofia Araujo Alves	61-2028-1594	sofia.alves@mma.gov.br
	MMA/CEX	Wagneide Rodrigues	61-2028-1661	wagneide.rodrigues@mma.gov.br
	PNPSB	Luciana Rocha	61-8161-7363	lurocha@usp.br
Pontos Focais - Estados	CNS/AM	Joaquim Correa de Sousa Belo	96-9148-6453	belocns@gmail.com
	CNS/AM	Manoel Cunha	61-3236-7311	manoelcns@gmail.com
	CNS/AP	Pedro Ramos de Sousa	96-9148-5772	pedro.ramos.66@hotmail.com
	Cooperacre/AC	Felicia Maria Nogueira Leite	68-3221-7164	felicialeite@hotmail.com
	EMATER/PI	José Tadeu Santos Oliveira	86-3225-1268, 3216-3863	oliveiratadeu@yahoo.com.br
	EMATERCE/CE	Maria Cristina Pontes Vieira	85-3101-7630	cristina.pontes@ematerce.ce.gov.br
	Embrapa/AC	Lucia Helena O. Wadt	68-3212-3248	lucia@cpafac.embrapa.br
	Ideflor/PA	Zilma Patricia Nascimento	91-3236-1124	zilmapatricia@gmail.com
	Ideflor/PA	Kleber Farias Perotes	91-3236-1875	kleberperotes@yahoo.com.br
	Ideflor/PA	Edson Luiz Barbosa	91-3236-1875	edson.barbosa@ideflor.pa.gov.br
	IEF/AP	Madson Alan R. de Sousa	96-8127-2034	madsonalan@yahoo.com.br, madsonrocha@ief.ap.gov.br
	SDS/SEAFE/AM	Iranildo Siqueira	92-3642-4755	iranildo@sds.am.gov.br
	SEAGRO/TO	Rodolfo Costa Botelho	63-9974-2723	rodolfocostabotelho@gmail.com
	SEAGRO/TO	Francisca Marta Barbosa	63-3218-2193	martafiel2010@hotmail.com
Parceiros	SEMA/MT	Eulinda de Campos Lopes	65-8488-2762	eulilopes@yahoo.com.br
	ANVISA	Luiz Armando Erthal	61-3462-6926	luiz.ertal@anvisa.gov.br
	FNDE/PNAE	Maria Luiza da Silva	61-2022-5657	maria.luiza@fnde.gov.br
	GIZ	Rejane Tavares	86-9953-6888	rejane.tavares@giz.de
	GIZ	Margit Gropper	61-8102-8448	margit.gropper@giz.de
	GIZ	Heliandro Maia	61-8114-5343	heliandro.maia@giz.de
	GTA	Leticia Figueiredo Campos	61-9949-6926	comunicacao@gta.org.br
	GTA	Fani Mamede	61-8112-2345	fani@gta.org.br
	GTA	Henrique C. Diniz Neto	61-8155-2088	ascom@gta.org.br
	ICMBIO	Carlos Eduardo N. dos Santos	61-3341-9334	carlos.santos@icmbio.gov.br
	ISPN	Rodrigo Almeida Noletto	61-3327-8085	rodrigo@ispn.org.br
	ISPN	Renato F. Araujo	61-8145-1051	renato@ispn.org.br
	ISPN	Lara R. Montenegro	61-3327-8085	lara@ispn.org.br
	MAPA	Aguinaldo Jose de Lima	61-3218-2772	aguinaldo.lima@agricultura.gov.br
	MDA/DPCT	Dina Lopes	71-8830-6175	dina.costa@hotmail.com
	MDA/DPCT	Edmilton Cerqueira	61-2020-0845	edmilton.cerqueira@mda.gov.br
	MDA/SAF/DATER	Otavio Diel Deves	61-2020-0605	otavio.deves@consultor.mda.gov.br
	MMA/GEFLOC/SFB	Joana Faggini	61-2028-7244	joana.faggini@florestal.gov.br
	MMA/SBF/DCBIO	Camila N.S. Oliveira	61-2028-2288	camila.oliveira@mma.gov.br
Outros	MMA/SBF/DCBIO	Luiz Carlos Balcewicz	61-9801-3399	luiz.balcewicz@mma.gov.br
	Acadêmica do Curso de Serviço Social	Nadja F. Vasconcelos	61-8257-7290	kfgsilva@hotmail.com
	Instituto Marista de Solidariedade-IMS	Anderson Barcellos Santos	61-3224-1100	abarcellos@marista.edu.br

Anexo 2 – Apresentações realizadas durante o evento

1. Introdução - PNPSB

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade




Diversidade Sociocultural Brasileira



Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Objetivo Geral

Desenvolver ações **integradas** para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade




Megabiodiversidade Brasileira



Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Produtos Sociobiodiversidade

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da **biodiversidade**, voltados à formação de **cadeias produtivas** de interesse dos **PCTAFs** (povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares), que promovam a **manutenção e valorização** de suas **práticas e saberes**, e assegurem os **direitos decorrentes**, gerando renda e promovendo a **melhoria** de sua **qualidade de vida** e do **ambiente** em que vivem.

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



O Plano Nacional e sua constituição

- * Realização de Seminários por Biomas e Nacional;
- * Consulta ao setor empresarial;
- * Mais de 700 pessoas envolvidas;
- * Bilaterais: Internas, Governo Federal (MAPA, ANVISA, MCT, MTE, MDIC, SEBRAE, Casa Civil, CONTAG, MPA, articulação com setor empresarial (consultor SP);
- * Oficina de Gestão;
- * Lançamento do Plano Nacional – AM abril/2009
- * Publicação da Portaria Interministerial - julho/2009

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Eixos do Plano

- Produção e Extrativismo Sustentável
- Processos Industriais
- Mercado Institucional e Diferenciados
- Organização Social e Produtiva
- Serviços da Sociobiodiversidade

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Linhas de Ação

- Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- Assistência Técnica e Extensão Rural
- Capacitação
- Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais
- Divulgação e Comunicação
- Marco Regulatório

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Gestão

Atribuições operacionais/deliberativas

- Grupo de Coordenação do Plano Nacional: MDA, MDS, MMA e CONAB

Atribuições consultivas

- Câmara Nacional da Sociobiodiversidade
- Câmaras estaduais, GTs, APLs, outros.

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Cadeias Nacionais

- *Coco Babaçu e Castanha do Brasil
- * Relevância socioeconômica e ambiental

juntas beneficiam 500 mil famílias entre quebradeiras de coco e extrativistas e geram aproximadamente R\$ 160 milhões/ano

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

2. Balanço 2009/2010 - PNPSB

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

BALANÇO 2009-2010



2. Emissão de REBs

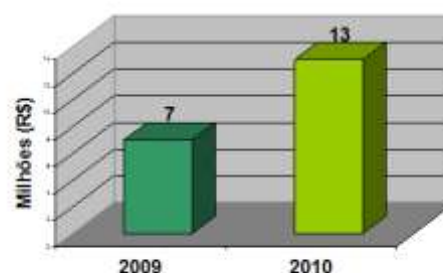
INDICADOR	2009	2010
REB – extrativistas cadastrados	Portaria Publicada	339

POLÍTICAS SETORIAIS DAS CADEIAS NACIONAIS (NÍVEL MACRO)

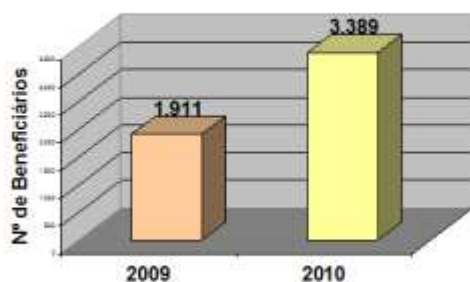
1. Emissão de DAPs

INDICADOR	2009	2010
DAPs emitidas	300 no lançamento do PNPSB, em abril 4.650	31.930
Emissores de DAPs (para Castanha e babaçu) cadastrados	2	-

3. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Operações (R\$) realizadas com os Produtos da Sociobiodiversidade



3.1. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Número de beneficiários



4. Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE

INDICADOR	2009	2010
Convênios para alimentação escolar firmados	1 para 9 estados da região nordeste	
Projetos aprovados		1 Região Norte e 3 Região Sudeste, em fase de contratação
Nº de beneficiários (famílias)	3.868	4.716 (PA, SP) e 140 empreendimentos (MG e RJ)

5. Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade /PGPM-Bio



5.1 Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade /PGPM-Bio

INDICADOR	2009	2010
Nº de Beneficiários	3.476	16.365
Espécies com preço mínimo definido	07	10

6. Rede de Serviços

INDICADOR	2009	2010
Rede de serviços	Constituída	Em funcionamento
Portal do PNPSB elaborado e em funcionamento	Elaborado	28.843 visitas 411 associados Curso virtual em políticas públicas de acesso à comercialização (PAA, PGPM, PNAE e PRONAF)

7. Negócios em Feiras e Eventos



8. Marco Legal da Castanha

INDICADOR	2009	2010
Manuais de Boas Práticas de Manejo		Elaborados castanha do Brasil e coco babaçu
No. titulações emitidas pa PCTAFs	3.818 titulações	-

FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL / CADEIAS NOS ESTADOS (NÍVEL MESO)

9. Estados e Municípios Envolvidos

INDICADOR	2009	2010
Estados e municípios envolvidos ¹²	10 estados, 237 municípios	

10. Espaços de Governança Estadual

INDICADOR	2009	2010
Organização dos espaços de governança	Gts e câmaras técnicas estaduais em formação em 04 estados (AM, MT, AP, PA) – Castanha do Brasil	2 Estados do Babaçu – se organizando (CE, MA, PI, TO)
Câmara Nacional da Sociobiodiversidade	inexistente	Tramitando Portaria Interministerial que cria a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade

11. Capacitações

INDICADOR	2009	2010
Beneficiados em capacitações PAA, PGPM, Cdv	13.788 pessoas	7.035
Beneficiados em capacitações a distancia (via portal)		400 inscrições – 165 aprovados selecionados e 110 aprovados

12. Projetos Extrativistas

INDICADOR	ATÉ DEZ/ 2009	ATÉ JUL/ 2010
R\$ em projetos extrativistas	R\$ 5,8 milhões, 29 projetos	
R\$ Projetos de apoio interministerial		R\$ 10.100.999,44

3. Plano de Ação 2011-2014



II Encontro de Pontos Focais

PERSPECTIVAS 2011 – 2014

PLANO NACIONAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério da Saúde
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Desafio: Mercado

Objetivo
Garantir que os produtos cheguem ao mercado institucional e diferenciado, interno e externo.

Meta
• 100 mil famílias acessando mercado em 2014, atingindo um valor de R\$ 80 milhões (PAA, PNAE e PGPM BIO, Feiras e eventos)



Desafio: Organização Social e Econômica

Metas (continuação)

- Elaborar perfis agroindustriais para 10 produtos da sociobiodiversidade;
- Contemplar a sociobiodiversidade na elaboração da Políticas de Organização Econômica da AF;
- 43 empreendimentos do Projeto Talentos do Brasil Rural fortalecidos.



Desafio: Organização Social e Econômica

Objetivo
Fortalecer a Organização Social e Econômica de PCTAFs

Metas

- Projeto MAT Gestão beneficiando 3.000 famílias;
- Elaborar uma proposta para as questões tributárias, ambientais e sanitárias;
- Fortalecer as PSEs com a GIZ;
- Apoiar 17 APLs no acesso às políticas de mercado;

Desafio: Políticas Públicas e Serviços de Apoio

Objetivo

Ampliar o acesso às Políticas Públicas aos PCTAFs (DAP e REB, ATER, PRONAF)

Meta

- 500 empreendimentos acessando instrumentos, políticas e ferramentas de fomento à comercialização;
- Definir modelo tecnológico de aproveitamento integral do coco babaçu;
- Implementar a Rede de Serviços;
- Definir marco legal para regramento diferenciado de apoio a projetos de PCTAFs.

Desafios: Comunicação

Objetivo

Dar visibilidade às ações e resultados da sociobiodiversidade e implantar o selo da sociobiodiversidade

Metas

- Estratégia de comunicação do selo e das diretrizes de manejo implementadas;
- 250 empreendimentos com o selo da sociobiodiversidade;
- Definir e implementar a estratégia de comunicação interna e externa das ações do PNPSB.



Desafio: Erradicação da pobreza extrema

Objetivo

Erradicar a extrema pobreza na Sociobiodiversidade

Público-alvo

50 mil famílias extrativistas com a renda elevada para acima de R\$ 70,00/mês

Metas

- Beneficiar 2.000 famílias com a execução dos projetos PNAE na região nordeste e norte;
- Beneficiar 10.000 famílias com o acesso ao PAA e PGPM-BIO.

Desafio: Erradicação da pobreza extrema

Metas (continuação)

- Emitir 5.000 DAPs aos extrativistas dos municípios priorizados pelo PNPSB;
- Capacitar 200 agentes de Desenvolvimento rural em Políticas Públicas de apoio à Comercialização



Desafio: Gestão no PNPSB

Objetivo

Coesão intra e entre Instituições

Metas

- Câmara Nacional da Sociobiodiversidade instituída;
- 100% das Instituições de Coordenação do PNPSB, tendo a sociobiodiversidade em seus eixos estratégicos, programas e ações;
- 10 Estados prioritários tendo a sociobiodiversidade em seus planos, programas, ações e recursos previstos

Desafio: Diretrizes para a Sustentabilidade

Objetivo

Proporcionar renda com a floresta de pé

Meta

- Criar sistemática de apuração de área utilizadas pelos PCTAFs atendido pelo (PNPSB);
- 200 agentes de ATER capacitados em boas práticas de manejo de forma a contribuir em relação à renda/conservação;
- Elaborar diretrizes técnicas de boas práticas de manejo de 17 espécies de PFNM



4. Apresentações dos Estados – Pará



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PARÁ

REPRESENTANTES: EDSON BARBOSA, ZILMA PATRÍCIA E KLEBER PEROTES

INSTITUIÇÃO: IDEFLOR



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

- BALANÇO:**
- A fragilidade devido a falta de regulamentação que protejam as populações tradicionais e seus territórios.
 - Falta de Base Cartográfica Única.
 - A discussão com os parceiros federais de apoio efetivo para a regulação/PMFCF.

- AVANÇOS:**
- IDEFLOR/CEAMA – Estudo do Mercado da Borracha na Região Oeste do Pará (Apoio a revitalização da Indústria de Beneficiamento de borracha da Acoasper);

- Realização de Seminário de Óleos Vegetais do Oeste do Pará: situação atual e perspectivas para o desenvolvimento. Consolidação do GT de óleos Vegetais do Oeste do Pará;

- Implantação da Área de Coleta de Sementes – ACS;

- Estudos da Cadeia de Comercialização de Produtos Florestais não-madeireiros (IDEFLOR/IDESP)



DESAFIOS:

- Promover o 1º Plano Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar com apoio dos parceiros do PNPSB;
- Incentivar os parceiros institucionais para conseguir promover a entrada de novos PCTAF's nos mercados institucionais;
- Incentivar a criação dos marcos legais necessários para apoiar as populações tradicionais;
- Promover a articulação necessária para acompanhamento de ATER dos empreendimentos de PCTAF's.

5. Apresentações dos Estados – Ceará



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

eEmaterce
Sustentando a vida e o meio ambiente

CEARÁ

REPRESENTANTES: Francisco Alves de Souza e Maria Cristina Portes Vieira

INSTITUIÇÃO: EMATERCE



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

eEmaterce
Sustentando a vida e o meio ambiente

Produto	Município	Agricultor Familiar Atendido Nº	Comercialização Kg
Babaçu	Barbalha	15,00	3.000,00
	Baturité	10,00	5.000,00
	Crato	10,00	50.000,00
	Graça	12,00	2.000,00
	Meruoca	10,00	10.000,00
	Pacoti	20,00	10.000,00
	Viçosa do Ceará	20,00	80.000,00
		97,00	160.000,00



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

eEmaterce
Sustentando a vida e o meio ambiente

BALANÇO: No início dos trabalhos o babaçu não era trabalhado pela Extensão Rural. Com a introdução da Rede de Produtos e Mercados Diferenciados iniciou-se o trabalho junto as agricultoras familiares dos municípios de Barbalha, Baturité, Crato, Graça, Meruoca, Pacoti e Viçosa do Ceará. Vem surgindo outros municípios interessados nessa atividade.

AVANÇOS: O avanço está na dependência de mais recursos humanos e financeiros.

DESAFIOS: Introdução do óleo na comercialização com os Programas PNAE e PAA. Com decisões políticas e planejamento, isto pode ser superado. PRONAF Extrativista. Necessidade em se fazer o cadastramento dos extrativistas nos municípios cearenses (22) IBGE.



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

eEmaterce
Sustentando a vida e o meio ambiente

Produtos Babaçu



Assentamento Boa Vista Barbalha -CE

6. Apresentações dos Estados – Amazonas



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

AMAZONAS

REPRESENTANTES: Iranildo Siqueira
INSTITUIÇÃO: Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO	AVANÇOS	DESAFIOS
PSE	Integrar parceiros no âmbito federal, estadual, organização social	Melhorar o acesso para emissão de DAPs.
Marco regulatório	Marca para cadeia de castanha (rotulagem)	Certificação dos produtos
ATEF	Capacitação de boas práticas	Elaborar um programa de ATEF



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO	AVANÇOS	DESAFIOS
Emissão de DAPs	Acesso ao pagamento da PGPM (43.417)	Melhorar o acesso para emissão de DAPs.
PGPM	Pagamento de subvenção (mais de 700 seringueiros)	Melhorar o apoio às organizações por meio de capacitação.
Fortalecimento Institucional	Criação do CDSPTC (Lei 3.525 de 15 de junho de 2010); Criação da CSPSB (Portaria 069/2010); Criação do Comitê Técnicos (Borracha, Castanha, Fígado, Animais Silvestres, Pesca e Peixe Ornamental e Óleos vegetais)	Elaborar o Plano Estadual dos Produtos da Sociobiodiversidade; Implementar as ações do plano estadual; Elaboração de Lei de Fomento Extrativista.

7. Apresentações dos Estados – Amapá



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

AMAPÁ

REPRESENTANTES: Madison Alan Rocha de Sousa
INSTITUIÇÃO: Instituto Estadual de Florestas do Amapá



2º. Encontro dos Pontos Focais do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



BALANÇO 2011:

- ✓ 1 Encontro Estadual da Sociobiodiversidade: 56 instituições, 118 participantes;
- ✓ Carta da Sociobiodiversidade: "Cuidando da floresta, cuidamos de nós."
- ✓ Decreto estadual: IEF-AP Ponto Focal/Criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade;
- ✓ Portaria estadual com membros da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade.

AVANÇO 2011:

- ✓ Envio de 13 instituições estaduais no evento;
- ✓ Encaminhamento dos gargalos, possíveis soluções e atores envolvidos;

↓

Manejo e Produção; Escoamento; Comercialização; Pesquisa e Tecnologia; Org. Comunitária.



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Amapá

21 Membros

11 Governamentais

10 Não Governamentais

Assessoria: 6 governamentais





II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



DESAFIOS 2011:

- ✓ Construção do Plano Estadual para as cadeias produtivas da Castanha do Brasil, Açaí e outros;
- ✓ Formação das Câmaras Técnicas Setoriais;
- ✓ Articulação e Mobilização dos integrantes para os momentos de construção das ações;






II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



Projetos em Construção e Negociação

- Transferência de Tecnologia para o Manejo de Açaizais Nativos;
- Monitoramento e Acompanhamento de Planos de Manejo Florestal Madeireiros em Assentamentos de Reforma Agrária no Amapá;
- Dinamização das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade do Amapá.




Carta da Sociobiodiversidade do Amapá

... Sim, para muitos cuidar da floresta é como cuidar da própria casa, organizando e administrando cada recurso da maneira mais adequada, para quando se fizer necessário o seu uso sabemos exatamente onde está, em que estado se encontra e o quanto ainda podemos usufruir dele.

... nós que fazemos parte da sociobiodiversidade do Amapá, anexamos nessa carta nossas preocupações, vontades, esperanças e sonhos, para que eles sigam aos cuidados daqueles que entendem que o respeito aos diferentes traz ventos de mudança e renovam a cada dia nossas convicções.

Cuidando da floresta, cuidamos de nós.



8. Apresentações dos Estados – Tocantins

TOCANTINS Balanço

2006 – Seminário Regional
2008 – Oficina APL do Babaçu
2009 – PNPSB
2010 – Oficinas para construção da proposta do instrumento de estruturação da câmara técnica e GT
2010 – Criação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade
2010 – Criação do GT do Babaçu
2010 – visitas as comunidades de quebradeiras de coco -
2011- 16/06/ Primeira reunião da CT da Sociobiodiversidade

TOCANTINS Avanços

- Articulação com os setores da cadeia do babaçu
- Inclusão do APL do Babaçu da meso região do Bico e Território da cidadania
- Projeto arte norte - SEBRAE
- Lei do babaçu livre em discussão
- Construção de 800 casas para as quebradeiras de coco
- Elaboração do manual de boas práticas e manejo do Babaçu

TOCANTINS Desafios

- Regularização Fundiária da RESEX
- Organização das comunidades das quebradeiras
- Fortalecimento da Câmara Técnica da sociobiodiversidade
- Construção de ações para sociobio no PPA Estadual
- Acesso a DAP
- Assistência técnica de qualidade e voltada para a sociobiodiversidade
- Sistema de inspeção – municipal, estadual – SUASA

TOCANTINS Desafios

- Encontro Estadual das mulheres agricultoras Familiares- 300 mulheres
- Encontro da missão técnica para definição das tecnologias do babaçu
- Parceria com Secretaria da educação para utilização dos produtos da sociobiodiversidade na merenda escolar
- Agroindústria de sabonete de babaçu finalização do processo – MI
- Criação dos novos Gts de buriti, pequi, manga e murici

9. Apresentações dos Estados – Mato Grosso



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

MATO GROSSO

REPRESENTANTES: Eufênia de Campos Lopes - Secretária de Estado de Meio Ambiente/ SEMA
Sanny Costa Saggán - Secretária de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar/SEDRAF



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO 2009/2010

- Criação e implementação da Câmara Técnica dos Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade em Mato Grosso
- Integração de ações com os Estados da Amazônia: Seminário no ACRE (Boas Práticas da Castanha-do-Brasil) e intercâmbio de experiências no Acre e Amazonas (Cadeia da Castanha-do-Brasil e Normativas para PFNM e Manejo Comunitário);
- Participação na FENAFRA em 2010 de empreendimentos comunitários

AVANÇOS

- Realização do Seminário Castanha-do-Brasil na Amazônia Mato-grossense: Políticas Públicas para a Produção Sustentável.
- O Seminário teve como objetivo avaliar e discutir as diferentes visões dos segmentos envolvidos, de modo a possibilitar a elaboração da Política Estadual para a Castanha-do-Brasil, como parte das propostas do Governo do Estado de Mato Grosso para reduzir o desmatamento e incentivar a produção sustentável.
- Elaboração do Plano de Ação Estadual para a Castanha-do-Brasil- SEMA, PNUD/BRA/GEF



II Encontro de Pontos Focais Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

- Articulação e aprovação do Benefício fiscal para as empresas que processam produtos não madeireiros de origem do extrativismo vegetal – Resolução do CONDEPRODEMAT 014 de 03/11/2010 e Isenção de ICMS para operações internas para alguns produtos nativos de origem vegetal- Convênio ICMS 123/2010.
- Elaboração da proposta de projeto de pesquisa pela EMBRAPA/MT “Caracterização morfológica, físico-química e genética de populações nativas de castanha-do-brasil nos estados de Mato Grosso (Brasnorte, Juruena, Colíza, Itatuba e Alta Floresta) e do Acre” e do Projeto “Qualidade da Castanha durante o armazenamento;” (ambos com encaminhamento via editais e ainda em fase de avaliação da aprovação)
- 5 empreendimentos cadastrados no Projeto Talentos do Brasil Rural

DESAFIOS

- Fortalecer a Câmara Técnica da Sociobiodiversidade com a inclusão de representantes dos diferentes atores envolvidos nas cadeias produtivas
- Fortalecer os serviços de ATER nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- Articulação dos diversos atores para criação de AFL da castanha nas regiões Norte e Noroeste do Estado e APIS da Sociobiodiversidade e implantar banco de dados de associações, cooperativas, empresas âncoras e outros atores que atuam nesse segmento



II Encontro de Pontos Focais Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

- Apoiar e fortalecer a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade
- Criar Grupos de trabalho Técnicos para os produtos prioritários (pequi, cumbaru, poaia, seringueira nativa e outros)
- Incentivar e Apoiar o cultivo da castanha, pequi, cumbaru e seringueira em SAFs na recomposição de reserva legal e APPs
- Articular a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na merenda escolar e ampliar as compras governamentais
- Definir formas de acesso aos castanhais em áreas de reserva legal
- Fomentar a discussão sobre a Criação de Unidades de conservação para proteger os castanhais existentes
- Articular as ações para incrementar a implantação de DRS/Banco do Brasil
- Concluir o Plano de Ação da Castanha-do-Brasil e executar as ações propostas no plano de forma integrada
- Inserir novos empreendimentos no Projeto Talentos do Brasil Rural
- Ampliar a emissão de DAPs para os produtos da sociobiodiversidade, divulgar e capacitar para o acesso ao PAA, PGPB-Bio, PNAE, etc
- Elaborar Normativas para PFNM e Manejo Comunitário
- Ampliar a isenção de ICMS para operações internas para outros produtos nativos de origem vegetal

10. Apresentações dos Estados – Piauí



II Encontro de Pontos Focais Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade



REPRESENTANTES: José Tadeu Santos Oliveira
INSTITUIÇÃO: EMATER



II Encontro de Pontos Focais Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO:

- Nomeação do Ponto Focal -Port. GAB. DGER Nº044/2011
- Criação do GT do Babaçu: SDR, INCRA, EMATER, CONAB, COISA DE NEGRO, DFOA, AEFPI, CEPES, EMBRAPA – Meio Norte, MIQCB e SEMAR.
- Emissão de documentos: RG, CPF e DAP(74.190); apoio a FERAPI

PROJETOS DESENVOLVIDOS

- Quebra Mecânica e beneficiamento do Babaçu – São João do Arraiá –CIT Cocais
- Pesquisa e Cadastro de quebradeiras de coco no Território dos Cocais, beneficiando 12 municípios (INCRA e GIZ)

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

- Implantação de 3 fábricas de beneficiamento de frutas tropicais, em 3 municípios do Cerrado – Convênio EMATER/MDA.
- Construção de infraestrutura física e aquisição de equipamentos, utensílios e maquinários para instalação de agroindústria de beneficiamento de frutas no município de Guadalupe – Convênio EMATER/MDA.

GERATEC: Articulação Interinstitucional e Multidisciplinar Promovendo a Pesquisa Científica, para Explorar as Potencialidades do Coco Babaçu

Instituições Envolvidas: UESPI, IFPI e UFPI, Financiador: FINEP/MCT, Recursos: R\$ 6.113.931,40
Pesquisas: Antimicrobiana Extraídas do Babaçu, Biologia do Babaçu, Oleoquímica de Derivados do Babaçu



II Encontro de Pontos Focais Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

AVANÇOS:

- 1ª Pagamento de subvenção da amêndoa do Babaçu.
- 1ª Aquisição de Mesocarpo e Azeite de coco babaçu, através do PAA, junto ao MIQCB.
- 1ª Ação no PGMA, com 85 Quebradeiras de babaçu no Cocais.
- 21 municípios estão adquirindo produtos da AF através do PNAE.
- 12 Municípios estão com chamadas públicas publicadas no PNAE.
- 16 Municípios em processo de elaboração de chamadas públicas no PNAE.
- 24 Municípios em articulação com os atores.

Fonte: MDA



II Encontro de Pontos Focais Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

DESAFIOS:

- 1 – Conseguir apoio governamental
- 2 – Cumprir as metas do plano de ação do GT do Babaçu
- 3 – Participar de futuros eventos
- 4 – Desenvolver ações nos municípios prioritários
- 5 – Fazer com que os membros do GT participem dos eventos
- 6 – Implementar os Programas PGPB, PAA, PNAE
- 7 – Criação da Lei do Babaçu Livre
- 8 – Criação de uma coordenação do Extrativismo.

11. Apresentações dos Estados – Acre



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

ACRE

REPRESENTANTE: FELICIA LEITE
INSTITUIÇÃO: COOPERACRE



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO:

- 2003 - Antes de acessar os programas de governo (PAA e PRONAF AGROINDÚSTRIA) a Cooperativa disponibilizava de capital para adquirir 25 mil latas (250.000 kg) de castanha.
- 2003/2004 – Primeiro acesso ao programa e foram adquiridas 81 mil latas (810.000 kg).
- 2004/2005 – Aquisição de 94 mil latas (940.000 kg).



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO:

- 2005/2006 – acesso ao valor máximo do PAA R\$ 1,5 milhões – adquiriu-se 115 mil latas (1.150.000 kg).
- 2008 – uso de capital próprio - proveniente do beneficiamento da castanha comprada com o recurso dos programas, com aplicação de R\$ 500.000,00 na compra de matéria-prima.
- 2009/2010 - capital próprio investido em torno de R\$ 1.000.000,00 para compra de matéria-prima, reforma de estrutura física das indústrias e compra de equipamentos.



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

ANDAMENTO:

- Aumento significativo no valor pago por lata ao produtor:
- 2003 - preço médio da lata R\$ 5,96
- 2010 – preço médio da lata R\$ 21,00
- Recebimento da gestão da indústria no ano de 2006 – início do beneficiamento.



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO: 2003 - 2010



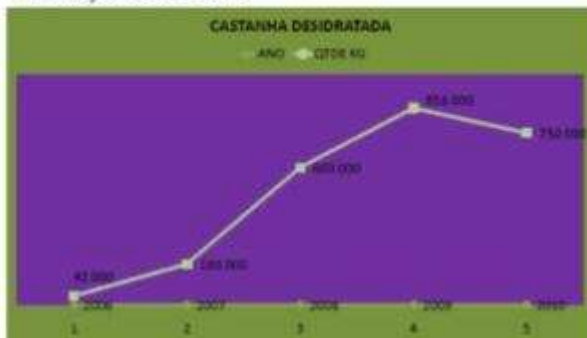
II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO: 2003 - 2009



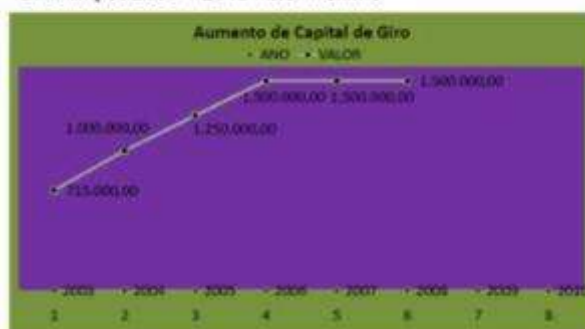
II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO: 2003 - 2010



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO: 2006 - 2010 Valor máximo





II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

BALANÇO:

- Em termos gerais, o acesso aos recursos provenientes dos programas do Governo Federal foi muito bom.

ANDAMENTO:

- Finalização da reforma da indústria de beneficiamento de castanha-do-brasil que aumentou a capacidade de produção instalada de 2.000 kg/dia para até 5.000 kg/dia.
- Certificadora de orgânicos Ecocert já foi contactada para agendar inspeção da Certificação Orgânica da castanha-do-brasil.



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

DESAFIOS:

- Fortalecer as relações com as associações e cooperativas filiadas e ampliar o quadro de sócios.
- Capacitar os diretores das filiadas em gestão, principalmente no que diz respeito à contabilidade e preenchimento de documentos como romaneios.



II Encontro de Pontos Focais
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de
Produtos da Sociobiodiversidade

DESAFIOS:

- Possibilidade de no futuro próximo começar a repassar para cooperados um valor após o beneficiamento de castanha, que até então tem sido aplicado em melhoria tecnológica em toda a cadeia produtiva.
- Agendar reunião com o Grupo local do APL da castanha para encaminhamentos quanto a sua Coordenação e criação da Câmara técnica para a Sociobiodiversidade.

Muito obrigado!

Telefone: (68) 3221 0847

E-mail: coopman.montero39@gmail.com, felicialete@hotmail.com

12. Apresentação PNAE



Encontro dos Pontos Focais do Plano nacional de Promoção das cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)

Maria Luiza da Silva
Coordenadora da
CONAC/PNAE
junho/2011

- Art. 14 - No mínimo, de 30% dos recursos para alimentação escolar deve ser utilizado para as compras diretas da agricultura familiar e empreendedor familiar rural;
- § 1o – Dispensa de licitação pública



Princípio da Lei 11.947

1. Localidade

2. Agricultura Familiar

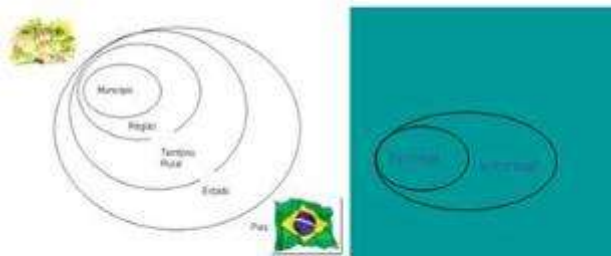


Tabela 1. Estágio da Implementação da Lei 11.947/2009 _REGIÃO

Região	Nº de municípios	Total de questionários respondidos	Não respondidos	Articulação com os atores	Elaboração do CH. Pública	CH. Pública publicada	Compra da AF	% de municípios que estão comprando
CO	466	238	17	75	37	31	113	47
N	448	153	10	53	29	17	55	35
NE	1.793	807	67	296	193	76	270	33
S	1.167	912	18	174	182	187	635	69
SE	1.688	961	55	320	266	143	503	52
Total geral	5.565	3.071	187	918	687	434	1.576	61



- 7) Fortalecimento, junto aos gestores da educação, da cultura da participação do agricultor familiar em mercados institucionais, sobretudo de alimentação escolar;
- 8) Estabelecimento de preços compatíveis e atrativos
- 9) Promover logística de infraestrutura em escolas (armazenamento, transporte de alimentos, centros de distribuição de alimentos, equipamentos e utensílios para produção das refeições)
- 10) Ampliar o assessoramento às entidades executoras
- 11) Aperfeiçoar o processo de avaliação da execução do Programa.

• EDITAL MDS

• SEMINÁRIOS METROPOLITANOS

• CAPACITAÇÃO DE CAES



13. Apresentação PAA – CONAB

II Encontro de Pontos Focais do Plano Nacional Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Brasília - DF, 31-05 e 01-06-2011



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Conab Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Surge a partir de uma proposta do CONSEA.

Lei 10.696/2003

Com a finalidade de incentivar a agricultura familiar - distribuição de produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e formação de estoque estratégico



Conab Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Modalidades do PAA

Operações da Conab:

- Compra Direta
- Compra com Doação Simultânea
- Formação de Estoque

- Recursos do MDS
- Recursos do MDA



doação
Físico e financeiro

Conab Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conab

FAMÍLIAS ASSENTADAS - 2009

UF	ASSENTADOS	VALOR, R\$
AL	58	142.904
AM	32	141.564
BA	302	1.233.816
CE	75	304.579
GO	36	126.989
MG	186	637.486
MS	871	2.317.723
MT	665	2.100.970
PE	32	66.437
PI	131	367.141
PR	671	2.249.914
RN	164	467.340
RO	10	27.029
RS	1.134	6.347.690
SC	116	298.384
SE	146	403.279
SP	3.140	12.960.167
TO	7	16.986
Total Global	7.444	28.696.236

Fonte: Conab



COMUNIDADES QUILOMBOLAS - 2009

UF	MUNICÍPIO	Nº QUILOMBOLAS	VALOR R\$
BA	BONINAL	44	121.964,00
BA	CAEM	39	125.209,40
BA	ITAGUAQU DA BAHIA	1	3.500,00
BA	MARAU	30	104.989,00
GO	CAVALCANTE	4	7.421,50
MS	MANGA	22	76.061,25
MS	VAZANTE	2	7.000,00
PA	MOJU	3	1.500,00
PB	AREIA	28	97.106,28
PR	ADRIANÓPOLIS	1	4.500,00
PR	SUARAPUAVA	8	27.615,00
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	7	23.713,59
TOTAL		189	606.579,02



AGROEXTRATIVISTAS - 2009

UF	MUNICÍPIO	Nº AGROEXTRATIVISTA	VALOR R\$
AC	ACHAÍDEIA	3	10.300,00
AC	SEBES BRASIL	5	17.900,00
AC	BRASILEIA	65	227.125,00
AC	CARVÁLIA	25	87.500,00
AC	ERTACOUANDA	44	155.625,00
AC	PLACIDO DE CASTRO	1	3.500,00
AC	PORTO ACRE	4	14.000,00
AC	ROSENTO	1	3.500,00
AC	SUBINÓ	68	237.625,00
AC	SERENADOURA	212	741.625,00
AC	VARUI	1	3.500,00
AM	ALCANTARAS	2	6.942,25
AM	CARALPI	139	256.000,00
AM	LARBA	72	258.720,00
AM	LARBA	47	160.256,25
AM	MARICÓ	139	487.766,50
GO	BURITIZERO	3	10.300,00
GO	FORROSA	1	3.500,00
GO	MOJ	7	24.300,00
GO	DANGLA	3	10.300,00
GO	LISSAIZE	5	17.300,00
GO	SÃO DOMINGOS	5	17.300,00
GO	SELYMA	1	3.500,00
MA	LADO DO LUNDO	8	28.000,00
MT	AGUAZAS	24	81.000,00
TOTAL		885	2.816.904,80



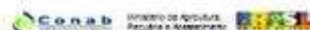
POVOS INDÍGENAS

ESTADO	MUNICÍPIO	INDÍGENAS	VALOR R\$
AM	Alencor	49	69.196,25
AM	Parintins	43	48.192,00
AM	Alvarães	67	35.903,76
BA	Pau Brasil	50	107.896,00
BA	Reus	5	16.548,00
BA	Varenza	1	3.500,00
BA	Lagoa dos Patos	2	2.412,54
BA	São João da Lagoa	1	2.205,00
MS	Corumbá	44	154.000,00
MT	Jaurá	4	11.896,11
MT	Esplanada	36	110.588,18
PA	Tucumã	50	134.629,38
PA	São Félix do Araguaia	2	7.800,00
PA	Ourilandia do Norte	9	35.208,76
PI	Santo Inácio do Piauí	3	1.193,00
RO	Rondolândia	247	902.116,40
RO	Alto Paraíso	3	20.491,75
RR	Normandia/Urimutã	143	642.625,00
RS	Tanque Pampa	8	27.636,30
SP	Reitoria	2	8.999,59
SP	Miracatu	2	7.000,00
TOTAL		766	2.405.226,60



Principais avanços no PAA

- ✓ Inclusão de novos produtos (sementes variedades e crioulas);
- ✓ Possibilidade de acesso não cumulativo no instrumento de CPR-Estoque c/liquidação financeira (recursos do MDA);
- ✓ Possibilidade de acesso não cumulativo para as operações para o PNAE.



ALGUNS DESAFIOS

- Organizar a produção e as organizações;
- Regularizar as pequenas agroindústrias para atender as exigências sanitárias;
- Garantir assistência técnica para as organizações da AF;
- Garantir regularidade, continuidade dos projetos PAA



Orçamento PAA Conab executado 2010

R\$ 370.000.000,00

Orçamento PAA 2011

- Executado até maio R\$ 160.000.000,00
- Previsto R\$ 100.000.000,00
- Possibilidade de suplementação R\$60.000.000,00



14. Apresentação Oportunidades PAA e PGPM

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PAA da Sociobiodiversidade

Oportunidades

Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PRODUTOS (R\$ mil)	Valor em 2010
Castanha-do-Brasil	2.211.189,38
Amêndoa de babaçu (castanha/coco)	129.593,00
Azeite de babaçu	131.239,00
Sorvete de mesocarpo de babaçu	78.900,00
Compota de umbu	103.500,00
Doce de umbu	190.626,50
Geléia de umbu	49.464,00
Polpa de umbu	1.081.161,29
Umbu	104.800,00

FONTE: DIFUSÃO/PROBIO

15. Apresentação MDS – Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar



Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar

Edital MDS/SESAN nº05/2011

Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação de Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/terris-prios-da-cidadania-1>

[Edital de Seleção Pública nº 05/2011 - Implantação de Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios dos Territórios da Cidadania](#)

Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar

São espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar a distribuição, no município e na região, dos gêneros alimentícios, oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de atuar no apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais, visando o desenvolvimento de projetos de inclusão social e produtiva e o fortalecimento de sistemas agroalimentares de base agroecológica e solidária.



Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar

O que ?

Edital MDS/SESAN nº05/2011 - Seleção Pública para Apoio à Implantação de Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar

Quando ?

- Abertura em 23 de maio de 2011;
- Data limite para inclusão da proposta e envio para análise é 07 de julho;
- Previsão de resultado da seleção em 08 de agosto.

Onde ?

As propostas devem ser inseridas no SICONV, juntamente com os documentos obrigatórios.

Quem ?

Implantação: municípios com população até 50 mil habitantes, pertencentes ao Programa Território da Cidadania, que desenvolvam o PAA.

Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar

Como ?

Acessar o SICONV (www.convenios.gov.br)

Incluir Propostas no código **5500020110004**

Anexar os documentos **obrigatórios:**

- (1) Documento do Imóvel em nome do proponente
- (2) Ata de aprovação do projeto pelo Conselho Municipal/Estadual de Segurança Alimentar ou outros Conselhos Municipais

Quanto ?

Máximo de R\$ 450.000,00 para Implantação da Unidade

